



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

A TRANSIÇÃO PARA A NOVA GOVERNANÇA PÚBLICA: DESAFIOS ESTRATÉGICOS E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

THE TRANSITION TO THE NEW PUBLIC GOVERNANCE: STRATEGIC CHALLENGES AND THE STRENGTHENING OF MUNICIPAL MANAGEMENT

LA TRANSICIÓN HACIA LA NUEVA GOBERNANZA PÚBLICA: DESAFÍOS ESTRATÉGICOS Y EL FORTALECIMIENTO DE LA GESTIÓN MUNICIPAL

RESUMO

A implementação da Nova Governança Pública configura-se como uma estratégia essencial para o enfrentamento dos desafios da ineficiência administrativa e da crescente demanda por transparência e responsabilidade na gestão municipal contemporânea. Este estudo analisa o processo de modernização estatal, fundamentado na transição de modelos burocráticos tradicionais para estruturas colaborativas e integradas, buscando compreender como essa mudança paradigmática impacta a administração local. O objetivo geral consiste em investigar a efetividade da governança pública como instrumento de transformação da gestão municipal. A metodologia empregada baseou-se em uma revisão bibliográfica sistemática, na qual foram inicialmente identificados 30 artigos científicos nas bases de dados Scielo, PubMed e Google Acadêmico, com recorte temporal focado na produção dos últimos cinco anos. Após rigorosa triagem por relevância temática e critérios de inclusão, 13 artigos foram selecionados para análise aprofundada e síntese teórica. Os resultados demonstram que a conversão de marcos normativos em ações práticas de gestão promove benefícios diretos à qualidade de vida da população, garantindo um sistema administrativo mais resiliente, ético e eficiente. Conclui-se que a adoção de mecanismos de governança é indispensável para o fortalecimento das instituições públicas, evidenciando que a colaboração entre Estado e sociedade civil resulta em políticas públicas mais aderentes às reais necessidades locais. O estudo contribui para o campo das ciências administrativas ao ratificar a governança como pilar de sustentabilidade da gestão pública municipal.

Palavras-chave: Administração pública; nova governança pública; gestão municipal.

ABSTRACT

The implementation of New Public Governance is an essential strategy for addressing the challenges of administrative inefficiency and the growing demand for transparency and responsiveness in contemporary municipal management. This study analyzes the process of state modernization, based on the transition from traditional bureaucratic models to collaborative and integrated structures, seeking to understand how this paradigmatic shift impacts local administration. The overall objective is to investigate the effectiveness of public governance as an instrument for transforming municipal management. The methodology employed was based on a systematic literature review, in which 30 scientific articles were initially identified in the Scielo, PubMed, and Google Scholar databases, focusing on publications from the last five years. After rigorous screening for thematic relevance and inclusion criteria, 13 articles were selected for in-depth analysis and theoretical synthesis. The results demonstrate that the conversion of normative frameworks into practical management actions promotes direct benefits to the population's quality of life, ensuring a more resilient, ethical, and efficient administrative system. It is concluded that the adoption of governance mechanisms is indispensable for strengthening public institutions, demonstrating that collaboration between the State and civil society results in public policies that are more aligned with real local needs. The study contributes to the field of administrative sciences by ratifying governance as a pillar of sustainability in municipal public management.

Keywords: Public administration; new public governance; municipal management.

RESUMEN

La implementación de la Nueva Gobernanza Pública es una estrategia esencial para abordar los desafíos de la ineficiencia administrativa y la creciente demanda de transparencia y capacidad de respuesta en la gestión municipal contemporánea. Este estudio analiza el proceso de modernización del Estado, basado en la transición de modelos burocráticos tradicionales a estructuras colaborativas e integradas, con el fin de comprender cómo este cambio de paradigma impacta la administración local. El objetivo general es investigar la efectividad de la gobernanza pública como instrumento para transformar la gestión municipal. La metodología empleada se basó en una revisión sistemática de la literatura, en la que se identificaron inicialmente 30 artículos científicos en las bases de datos Scielo, PubMed y Google Scholar, centrándose en publicaciones de los últimos cinco años. Tras una rigurosa selección por relevancia temática y criterios de inclusión, se seleccionaron 13 artículos para un análisis en profundidad y una síntesis teórica. Los resultados demuestran que la conversión de marcos normativos en acciones de gestión prácticas promueve beneficios directos para la calidad de vida de la población, asegurando un sistema administrativo más resiliente, ético y eficiente. Se concluye que la adopción de mecanismos de gobernanza es indispensable para fortalecer las instituciones públicas, demostrando que la colaboración entre el Estado y la sociedad civil da como resultado políticas públicas más acordes con las necesidades locales reales. El estudio contribuye al campo de las ciencias administrativas al ratificar la gobernanza como pilar de la sostenibilidad en la gestión pública municipal. **Palabras clave:** Administración pública; nueva gobernanza pública; gestión municipal.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo insere-se no campo de investigação da Gestão Pública contemporânea, abordando a implementação dos princípios da Nova Governança Pública (NGP) como vetor de modernização administrativa. A relevância do tema decorre da urgência social em torno da eficiência estatal, especialmente onde a complexidade das demandas públicas e a exigência por transparência superam a capacidade de resposta das estruturas tradicionais. Tal abordagem justifica-se pela necessidade de aprofundamento analítico sobre como modelos de integridade e gestão de riscos podem ser transpostos para a realidade prática dos municípios brasileiros.

A contextualização do estudo fundamenta-se no cenário de crescente cobrança por resultados e Accountability, transformando a Administração Pública em um ambiente que exige resiliência e conectividade com os anseios sociais. Observa-se que a Nova Governança Pública surge como o mecanismo fundamental para descentralizar processos e fortalecer a ética participativa, aproximando o Estado do cotidiano do cidadão. Essas transformações demandam análises rigorosas, capazes de articular a teoria da governança com a geração de valor público e o fortalecimento do capital humano nas esferas locais.

A justificativa desta pesquisa reside na identificação da necessidade de readequação dos processos internos municipais, que frequentemente enfrentam lacunas de agilidade e conformidade. O estudo mostra-se pertinente por seu potencial de contribuição acadêmica, ao aprofundar discussões sobre a Nova Governança, e institucional, ao oferecer reflexões aplicáveis à harmonização entre a eficiência técnica e a responsabilidade social. Diante desse contexto, o objetivo geral deste artigo consiste em examinar os benefícios e as responsabilidades decorrentes da adoção de modelos de governança na esfera pública municipal. Os objetivos específicos buscam identificar os pilares da Nova Governança Pública, analisar sua aplicabilidade no contexto local e discutir como a cultura de integridade contribui para a celeridade e transparência dos serviços prestados à população. O problema de pesquisa que norteia este estudo pode ser assim formulado: De que forma a implementação dos princípios da Nova Governança Pública pode consolidar um sistema administrativo capaz de elevar a eficiência dos serviços e fortalecer a integridade na gestão municipal? Parte-se da hipótese de que a descentralização administrativa, aliada a mecanismos de controle social e qualificação do servidor, promove uma gestão mais resiliente e alinhada ao interesse público.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza teórica e exploratória, com abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica e análise documental de normas vigentes sobre governança e integridade pública. O estudo encontra-se delimitado ao cenário da administração municipal brasileira, focando em diretrizes de governança contemporâneas. Estruturalmente, o artigo organiza-se em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico sobre a Nova Governança Pública e Gestão de Riscos. A terceira seção descreve a metodologia adotada. A quarta seção dedica-se à análise da implementação desses modelos no contexto municipal. Por fim, a quinta seção expõe as considerações finais, seguidas das recomendações para o aprimoramento da gestão pública local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fundamentos e desafios da administração pública

A Administração Pública desempenha um papel central na sociedade por meio de um fluxo constante de contratações, aquisições e prestações de serviços, sempre com o objetivo de assegurar entregas e prestação de serviços pautados pela qualidade e eficiência. No entanto, para satisfazer as crescentes exigências da população, a gestão deve transcender a simples administração de recursos. O cenário atual impõe o desafio de modernizar estruturas burocráticas tradicionais, transformando-as em modelos ágeis e inovadores, capazes de gerar resultados concretos em um ambiente conectado e competitivo.

Segundo a perspectiva de Cavalcante (2024), a Administração Pública brasileira é confrontada por obstáculos estruturais que demandam o incremento da eficiência operacional, a viabilização de investimentos estratégicos e a celeridade na resolução de demandas sociais. Para superar tais gargalos, torna-se imperativa a incorporação de metodologias gerenciais contemporâneas e o desenvolvimento de políticas públicas alinhadas às necessidades da coletividade. Nesse contexto, a modernização estatal pressupõe não apenas o fortalecimento da transparência e dos canais de interlocução com a sociedade, mas também a valorização e a qualificação técnica do corpo funcional, elementos fundamentais para a eficácia das entregas governamentais.

"Na administração pública encontram-se inúmeras ferramentas que visam organizar de maneira sistematizada as ações que vão proporcionar um maior bem-estar social para os indivíduos bem como para a sociedade em geral" (Silva, 2024, p. 3).

Segundo Silva (2024), a gestão governamental deve colocar a qualidade no centro de suas decisões, especialmente no controle das despesas. Essa priorização é fundamental para que o orçamento público cumpra sua função primordial de assegurar os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal. Assim, a atuação estatal se materializa em uma administração focada na oferta de serviços e na distribuição de verbas adequada. O grande entrave atual reside em conciliar o progresso econômico com a justiça social e a preservação ambiental, em um cenário

de transformações profundas que impactam desde a tecnologia até a cultura da sociedade na atualidade.

Conforme as considerações de Assunção (2023), a modernização e o aperfeiçoamento da Administração Pública encontram na gestão por competências um suporte estratégico fundamental, contanto que sua execução ocorra de maneira criteriosa e articulada às políticas institucionais vigentes. A aplicação efetiva desse modelo transcende o incremento do desempenho funcional e da qualidade das prestações estatais, atuando como um vetor para a estruturação de uma gestão pública mais ágil, resiliente e dotada de maior capacidade de resposta aos desafios contemporâneos. Portanto, percebe-se que o fortalecimento das ações públicas e o correto gerenciamento de seus atos, não depende apenas de novas tecnologias, mas de uma mudança na cultura, da sua organização tradicional, devendo focar na qualidade dos gastos públicos e na capacitação constante dos servidores públicos.

2.2 Mecanismos de governança no âmbito municipal

A condução dos atos públicos com eficiência e integridade exige a adoção de mecanismos contemporâneos de gestão, dentre os quais a governança se destaca como o braço estratégico fundamental. Por ser o ente federativo mais próximo da realidade do cidadão, o município encontra na governança a ferramenta ideal para organizar as decisões políticas e assegurar que os recursos públicos sejam aplicados onde são verdadeiramente necessários e essenciais para a população, pautando-se sempre por rigorosos critérios éticos, legais e de transparência.

Conforme a análise de Amorim (2022), o debate global acerca da governança emergiu como resposta à urgência de modernizar as estruturas econômicas e políticas, ganhando relevância após a crise fiscal da década de 1980. Essa transição levou a Administração Pública a incorporar pilares fundamentais como a transparência, a integridade e a prestação de contas. No cenário brasileiro, o esforço pela eficiência estatal consolidou-se em marcos normativos fundamentais, destacando-se a institucionalização do Referencial Básico de Governança Pública pelo Tribunal de Contas da União em 2013 e, posteriormente, a promulgação do Decreto nº 9.203 em 2017, que fixou as diretrizes para a implementação de boas práticas de gestão no âmbito das organizações públicas.

Segundo a perspectiva de Aquino (2021), incentivar modelos de governança no âmbito municipal é crucial para estimular a fiscalização por parte dos cidadãos. A autora destaca que a clareza nas informações é o que viabiliza esse acompanhamento. Em municípios de grande porte, essa dinâmica se torna ainda mais dependente de plataformas eletrônicas, que servem como o principal canal de mediação entre a Administração Pública e o controle exercido pela coletividade.

A transparência na gestão pública transcendeu a condição de mero requisito legal para consolidar-se como princípio basilar da Administração Pública. Nesse contexto, a governança atua como um elemento central, pois não apenas amplia o acesso do cidadão às instituições, como também encurta a distância entre a sociedade e a gestão. Essa proximidade é fundamental para assegurar que a oferta e a destinação dos serviços públicos ocorram de maneira precisa, ética e alinhada às reais demandas da coletividade. De acordo com as proposições de Junior (2022), o conceito de governança varia conforme a perspectiva analítica adotada. Sob a ótica da Nova Governança Pública, o termo transcende a administração estatal rígida para englobar arranjos colaborativos e interações dinâmicas entre as esferas política e social. Essa abordagem foca na articulação de diversos atores e organismos formais e informais, que se conectam em rede para coproduzir serviços públicos e influenciar de maneira direta a formulação e a implementação de políticas voltadas ao interesse coletivo.

De acordo com Guedes (2021, p. 374):

Para alcançar maior abrangência sobre a gestão pública nacional, foi publicado em novembro de 2017 o Decreto nº 9.203 que dispõe sobre a Política de Governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Paralelo ao decreto está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9163/2017 que amplia a política de governança a todos os poderes da União, bem como ao Ministério Público da União, à Defensoria Pública da União e Tribunais de Contas da União, incluindo ainda os estados e municípios. O Decreto e Projeto de Lei de Governança Pública foram desenvolvidos com base no Referencial Básico de Governança elaborado pelo TCU com o objetivo de melhorar o desempenho das organizações (Guedes, 2021, p. 374).

"A geração de valor público é reconhecida como um instrumento importante para a legitimidade da governança, e para elevar o nível ético e social da gestão pública" (Resende, 2024, p. 215).

De acordo com a proposição de Buta (2020), a governança pública é compreendida como a estruturação de mecanismos que viabilizam a atuação conjunta de diversos atores sociais sob a liderança estatal para o enfrentamento de desafios coletivos. Esse modelo organizacional busca não apenas assegurar a eficiência e a excelência na prestação de serviços à sociedade, mas também fortalecer os instrumentos de controle social, garantindo que a gestão dos recursos e das decisões comuns ocorra de forma transparente e participativa.

Sob a ótica da governança municipal, as contribuições da economia compartilhada destacadas por Giovanini (2020) residem na capacidade de modernizar a gestão local através de uma coordenação intersetorial mais robusta e da otimização do patrimônio público, combatendo a ociosidade de ativos e infraestruturas. A integração dessas plataformas no ecossistema urbano permite elevar o padrão de entrega dos serviços municipais, tornando-os mais acessíveis, ao mesmo tempo em que institucionaliza canais de colaboração direta, permitindo que a participação social se torne um pilar estratégico na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões da cidade.

A governança municipal desempenha um papel estratégico na relação entre o município e a comunidade ao integrar transparência e inovação tecnológica. Quando a gestão local fomenta a participação popular por meio de ouvidorias e serviços de atendimento ao cidadão, ela transcende o mero cumprimento das obrigações legais, pois otimiza o acesso aos serviços e solidifica uma relação de confiança mútua entre o poder público e a sociedade civil.

2.3 O paradigma da nova governança pública

A governança pública tem passado por um processo contínuo de evolução, incorporando mecanismos e soluções inovadoras que convergem para o paradigma da Nova Governança Pública. Diferente dos modelos tradicionais, caracterizados por estruturas fechadas e burocráticas, essa nova abordagem posiciona a colaboração e a integridade como eixos centrais da estratégia estatal.

Nesse cenário, o cidadão deixa de ser um mero receptor para se tornar um parceiro ativo na formulação de respostas às crescentes demandas sociais,

promovendo uma integração necessária e fundamental entre o Estado e a sociedade em prol do bem comum.

"A governança pública envolve a orientação estratégica e a supervisão das ações governamentais, visando a otimização dos recursos e a efetivação de políticas que atendam às necessidades da população" (Cavalcante, 2024, p. 3).

Conforme a análise de Oliveira (2024), a Nova Governança Pública estabelece como paradigma central a inserção do cidadão enquanto protagonista e agente ativo nos processos de gestão. Essa vertente contemporânea propõe uma ruptura com os modelos administrativos convencionais, buscando transcender a burocracia rígida para consolidar uma estrutura estatal orientada pela eficiência, efetividade e responsabilidade social. Sob esse prisma, a NGP não apenas reforma a prestação de serviços públicos, mas redefine a legitimidade do Estado a partir de uma atuação colaborativa e responsiva às demandas da coletividade.

Conforme a análise de Marx (2023), a consolidação dos princípios da governança na Administração Pública brasileira transcendeu a mera positivação jurídica, materializando-se por meio da obrigatoriedade de programas de integridade em todas as instâncias federais, conforme as diretrizes e prazos estipulados pela Portaria CGU nº 57/2019. Sob a ótica da Nova Governança Pública, tais programas funcionam como instrumentos estratégicos de sistematização da integridade, visando o robustecimento da cultura ética institucional. Essa abordagem prioriza mecanismos preventivos contra desvios, fraudes e corrupção, alinhando a gestão pública a padrões de conduta que buscam não apenas o cumprimento normativo, mas a eficiência e a legitimidade das organizações perante a sociedade.

No que tange ao aprimoramento da gestão e governança pública, Santos (2025) propõe o desenvolvimento de novos estudos empíricos que investiguem as teorias da Nova Gestão Pública e, primordialmente, da Nova Governança Pública. Sob essa ótica, ressalta-se a relevância de análises comparativas que explorem a interconectividade entre as diferentes esferas governamentais e a dinâmica de redes.

Conclui-se que a Nova Governança Pública se estabelece como o horizonte da administração, deslocando o eixo das preocupações meramente burocráticas para o impacto social efetivo. Nesse cenário, o cidadão assume o papel de protagonista da

gestão, contribuindo ativamente para a construção de soluções públicas. Essa integração é o que permite a consolidação de uma administração mais resiliente, pautada por uma conduta ética rigorosa e que seja, acima de tudo, capaz de gerar valor real e utilidade para a coletividade.

3 METODOLOGIA

Esta seção detalha o percurso científico adotado, garantindo a transparência e a replicabilidade do estudo. As escolhas metodológicas alinham-se ao problema da eficiência e integridade na gestão municipal sob a ótica da Nova Governança Pública.

3.1 Natureza e abordagem da pesquisa

O estudo é uma pesquisa básica de natureza qualitativa. Quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva, pois analisa a transição dos modelos de gestão tradicionais para a governança moderna. Esta classificação justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos complexos, como a gestão de riscos e a transparência, que demandam análise subjetiva além de dados métricos.

A abordagem é estritamente qualitativa, fundamentada na interpretação crítica de normativas e teorias. Tal escolha permite investigar como a NGP fortalece a cultura de integridade e a participação social. O método científico adotado é o dedutivo, partindo de princípios universais da governança para analisar sua aplicabilidade específica no contexto municipal.

3.2 Procedimentos técnicos e fontes de dados

Utilizou-se a revisão integrativa da literatura como procedimento técnico. Esta técnica permite sintetizar estudos variados para identificar lacunas no conhecimento sobre modernização administrativa. O processo seguiu cinco etapas: definição da questão norteadora, estabelecimento de critérios, coleta, análise crítica e discussão dos resultados.

As fontes de dados são secundárias, compostas por artigos científicos e normas provenientes de bases reconhecidas (SciELO, PubMed e Google Acadêmico). A busca ocorreu no primeiro e segundo semestres de 2025, utilizando os descritores:

Governança Pública, Nova Governança Pública, Gestão por Competências, Integridade na Administração e Gestão Municipal.

3.3 Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreende a produção acadêmica sobre governança no setor público. A amostra foi delimitada por critérios cronológicos e temáticos: estudos publicados entre 2020 e 2025 com aderência à gestão municipal. Do levantamento inicial de 30 artigos, o refinamento resultou em um corpus final de 13 obras.

As limitações da amostra referem-se ao recorte temporal e ao acesso a bases específicas. Contudo, tais restrições não comprometem a validade do estudo, uma vez que as obras selecionadas oferecem densidade teórica suficiente para responder ao problema proposto.

3.4 Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta de dados foi sistemática, priorizando textos que discutissem celeridade, ética e modernização estatal. O tratamento dos dados envolveu a organização do conteúdo em categorias temáticas, permitindo comparar diferentes visões doutrinárias sobre a NGP sem o uso de ferramentas automatizadas.

A análise de conteúdo foi a técnica aplicada, articulando os achados ao referencial teórico. A interpretação buscou identificar padrões sobre como a governança descentraliza processos e aumenta a resiliência administrativa, visando responder ao questionamento central sobre a consolidação da integridade municipal.

3.5 Aspectos éticos e limitações da pesquisa

A pesquisa respeitou rigorosamente a autoria das fontes e as normas de integridade acadêmica. Por utilizar dados secundários de domínio público, dispensou-se a submissão a Comitês de Ética.

As limitações metodológicas restringem-se ao alcance da literatura analisada, oferecendo um subsídio teórico robusto, embora delimitado ao contexto bibliográfico consultado.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A presente seção analisa os dados obtidos na revisão bibliográfica, articulando-os criticamente com o referencial teórico. Os resultados aqui expostos buscam responder ao questionamento central sobre como a Nova Governança Pública consolida a eficiência e a integridade no âmbito municipal, superando modelos burocráticos tradicionais.

4.1 Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

Os dados analisados provêm de uma amostra selecionada de 13 obras científicas que abordam a transição administrativa no cenário brasileiro recente. As informações estão organizadas em eixos temáticos que englobam a modernização dos processos, a transparência pública e a qualificação do capital humano. Tais resultados relacionam-se diretamente ao objetivo de examinar os benefícios da governança, demonstrando que a reestruturação dos mecanismos de controle é o ponto de partida para a elevação da eficiência nos serviços municipais.

De maneira sintética, os principais resultados destacam que a implementação da governança atua como um divisor de águas, transformando a arrecadação tributária em serviços de qualidade superior. Identificou-se um padrão recorrente nas obras analisadas: a redução drástica do desperdício de ativos ociosos por meio da coordenação estratégica e da inovação gerencial. Esses comportamentos administrativos evidenciam que, sem uma estrutura de integridade bem delineada, os recursos públicos tendem a sofrer gargalos de execução que comprometem o valor entregue à sociedade.

A interpretação preliminar dos achados aponta que a proximidade do gestor local com a comunidade funciona como um catalisador para a correção rápida de ineficiências. Observa-se que a burocracia rígida, quando não balanceada pela transparência, impede a celeridade administrativa. Assim, os resultados indicam que a legitimidade estatal contemporânea depende da capacidade de transformar o planejamento estático em uma rede de colaboração dinâmica entre governo e cidadão.

4.2 Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

Ao estabelecer um diálogo direto com o referencial teórico, os resultados confirmam que a Nova Governança Pública (NGP) é a ferramenta adequada para aproximar o Estado da realidade cotidiana. Os conceitos de integridade e gestão de riscos, discutidos na literatura, materializam-se nos dados como elementos que conferem resiliência à gestão. A análise demonstra que a NGP amplia as abordagens tradicionais ao descentralizar processos, confirmando a premissa de que a eficiência não é apenas técnica, mas essencialmente ética e participativa.

Aprofundando a discussão, percebe-se uma convergência entre os achados deste estudo e pesquisas anteriores que apontam a qualificação do corpo funcional como pilar da modernização. No entanto, enquanto estudos mais antigos focavam excessivamente na infraestrutura tecnológica, as evidências recentes sugerem que o sucesso administrativo reside na cultura organizacional. As discrepâncias contextuais encontradas na literatura reforçam que a aplicação dos princípios de governança deve ser adaptada à singularidade de cada município, respeitando suas capacidades institucionais.

Criticamente, os resultados sugerem que a legitimação do modelo de governança contribui para o avanço do conhecimento científico ao propor que a eficiência deve estar atrelada à geração de valor público. Os achados validam o modelo da NGP como uma resposta necessária à complexidade das demandas sociais, demonstrando que a integridade não é um custo administrativo, mas um investimento no fortalecimento da confiança institucional. Essa interpretação expande o entendimento de que a gestão municipal é o campo mais fértil para a experimentação de novos arranjos colaborativos.

4.3 Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

As implicações práticas desta pesquisa evidenciam que a adoção de modelos de governança permite uma dinâmica preventiva nas prefeituras, mitigando riscos antes que se tornem danos ao erário. A aplicação desses resultados no contexto institucional sugere a necessidade de reformular processos internos e fortalecer canais de controle social, permitindo que o cidadão acompanhe e auxilie a gestão.

Tais medidas promovem uma administração mais ágil e conectada aos anseios da população, elevando o padrão ético dos serviços prestados.

No campo teórico, os achados contribuem para o refinamento do conceito de integridade pública, que deixa de ser uma norma abstrata para se tornar uma variável de desempenho gerencial. Os resultados problematizam o pressuposto de que normas jurídicas bastam para garantir a eficiência, destacando que a governança exige uma readequação constante das práticas administrativas frente às mudanças sociais. Isso fortalece a abordagem de que a gestão local deve harmonizar a competência técnica com o compromisso inegociável da responsabilidade social.

Por fim, no que tange às implicações metodológicas, o percurso adotado mostrou-se adequado para captar a complexidade do tema por meio de uma análise qualitativa e integrativa. A sistematização das etapas de seleção e o refinamento do corpus de análise permitiram uma visão aprofundada sem esgotar a temática, oferecendo uma base sólida para estudos futuros que desejem investigar casos concretos de implementação de integridade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu analisar a Nova Governança Pública como um fenômeno administrativo essencial para uma gestão pública de qualidade e eficiente.

Ao longo da discussão, evidenciou-se que a crescente demanda por serviços eficientes e transparentes impõe ao poder público a urgência de um modelo de gestão descentralizado e colaborativo, que deve priorizar a geração de valor público por meio da mitigação de riscos éticos e da implementação de uma estrutura que garanta a integridade, a eficiência e a responsabilidade social. A articulação entre a autonomia administrativa, o investimento na qualificação do corpo funcional e a inserção do cidadão como protagonista constitui o caminho mais eficaz para a modernização estatal.

A transição para o modelo de governança em rede permite que as políticas públicas deixem de ser genéricas e passem a contemplar as particularidades de cada realidade municipal, suprimindo lacunas de transparência e de gestão que antes eram negligenciadas por modelos tradicionais e distantes do cidadão. Conclui-se, portanto,

que a gestão pública sob a égide da Nova Governança deve ser compreendida como um compromisso coletivo e ininterrupto, pautado na responsabilidade administrativa, na ética e no propósito de assegurar que a atuação do Estado seja resiliente, justa e adequada às necessidades populacionais.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, Dênia Aparecida de; DE OLIVEIRA, Nicole Batistuta Manzi. O princípio da integridade na governança pública brasileira: uma revisão sistemática. *RAGC*, v. 10, n. 43, 2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2700>. Acesso em: 27 dez. 2025.

ASSUNÇÃO, Leônidas Luiz Rubiano de; THOMÉ, Carlos. Gestão por competências na administração pública: uma revisão sistemática. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 16, n. 47, p. 54-72, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2504>. Acesso em: 28 dez. 2025.

AQUINO, Cíntia Vanessa Monteiro Germano *et al.* Governança pública dos municípios brasileiros. *Gestão & Regionalidade*, v. 37, n. 110, 2021. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/pt_BR/article/view/6542. Acesso em: 04 jan. 2026.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade*, v. 27, n. 94, p. 370-395, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/HjzrZXnPcTkyY5Q77GssnfH/?lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2025.

CAVALCANTE, Ailton Ferreira. A eficiência na governança pública e a percepção de valor pelos cidadãos: desafios, estratégias e impactos da nova governança pública no século XXI. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 13, n. 2, p. e868-e868, 2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/868>. Acesso em: 31 dez. 2025.

GIOVANINI, Adilson. Economia compartilhada e governança pública. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 5, p. 1207-1238, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/z63HpqrLWJbbqrTM5b5QCmd/?lang=pt>. Acesso em 28 dez. 2025.

GUEDES, Danilo Rodrigues; DA SILVA JÚNIOR, Agnello Rufino. Governança Pública no Brasil: estado da arte dos estudos publicados de 2009 a 2019. *Revista Controladoria e Gestão*, v. 2, n. 1, p. 370-387, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rcg/article/view/14126>. Acesso em: 05 jan. 2026.

JUNIOR, Eden do Carmo Soares *et al.* Os caminhos da governança pública. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 17, p. e04111739288-e04111739288, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39288>. Acesso em: 24 dez. 2025.

MARX, César Augusto. A nova governança pública e os princípios ESG. *Controle Externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás*, v. 3, n. 6, p. 115-125, 2023. Disponível em: <https://atrimon.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Revista-Controle-Externo.pdf#page=115>. Acesso em: 26 dez. 2025.

OLIVEIRA, Felipe Moura *et al.* PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA NOVA GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. *REVISTA FOCO*, v. 17, n. 1, p. e4300-e4300, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4300>. Acesso em: 05 jan. 2026.

RESENDE, Nélia de Souza Mayrink *et al.* O valor público no contexto da nova governança pública: uma análise bibliométrica. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 17, n. 49, p. 196-218, 2024. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/3073>. Acesso em: 30 dez. 2025.

SANTOS, Lyndon Jhonson Soares dos *et al.* NOVA GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE SUAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 14, n. 2, p. e1732-e1732, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1732>. Acesso em: 03 jan. 2026.

SILVA, Kaline Sonaly da; DE VASCONCELOS, Renata Braga Berenguer. Gestão Pública e Desempenho Socioeconômico: uma Análise Municipal. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 16, n. 2, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351577342003/351577342003.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2026.

